

**A INFLUÊNCIA DO POSITIVISMO NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA  
( 1889- 1894)**

Rafael Reis Pereira Bandeira de Mello. Email: [rafa\\_834@hotmail.com](mailto:rafa_834@hotmail.com) Mestrando em História social. UERJ - FFP

## **Resumo**

O objetivo principal do presente trabalho é ressaltar a militância dos positivistas ortodoxos no Brasil em prol da instauração da almejada “Ditadura Republicana”. Surgida na França no século XIX e criada pelo francês Augusto Comte, a doutrina positivista foi disseminada no Rio de Janeiro rapidamente na Escola Militar e na Escola Politécnica. A divisa “Ordem e Progresso” presente na Bandeira Nacional é um dos indícios que denotam conquistas desse grupo liderado pelos intelectuais Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes.

## **Abstract**

The Main objective of this paper is to emphasize the militancy of the orthodox positivists in Brazil towards the establishment of the envisaged “Republican Dictatorship.” Created in France in the nineteenth century by Frenchman Augusto Comte, the positivist doctrine was disseminated rapidly in Rio de Janeiro at the Military Academy and the Polytechnic School. The motto “Order and Progress” in the National Flag is one of the indications that denote achievements of this group led by intellectuals Miguel Lemos and Raimundo Teixeira Mendes.

O presente artigo tem como objetivo identificar os “positivistas ortodoxos” como um grupo atuante no meio intelectual no Brasil, no final do século XIX. A ação coletiva dos membros do apostolado, ou seja, da Igreja Positivista do Brasil, os tornou como cita José Murilo (1990), “grandes manipuladores de símbolos” do período de transição entre Monarquia e República.

Surgida na França no século XIX e criada pelo francês Augusto Comte, a doutrina positivista era inicialmente um pensamento filosófico e social que valorizava a humanidade. Em um segundo momento, após, o encontro do mentor da doutrina com sua musa inspiradora Clotilde de Vaux, Comte reformulou o pensamento trazendo aspectos religiosos à doutrina que se tornou a chamada “Religião da Humanidade”. Dentre um grupo de adeptos mais afinados com o primeiro momento, destacou-se a dissidência liderada por Littré, e com o segundo Laffite.

No, entanto, como veremos adiante, essa distinção entre duas vertentes positivistas não é tão estática, e um dos exemplos disso ocorreu no Brasil. Parte da historiografia que estudou o grupo dos ortodoxos no Brasil, buscou entendê-los fazendo uma distinção clássica entre estes como seguidores de Laffite e os Heterodoxos seguidores de Littré. Porém, recentes estudos apontam para uma fragmentação maior desse movimento, em locais que se conectavam, mas que enfrentavam cada qual sua realidade regional. Alonso (2002), por exemplo, trabalha com os positivistas abolicionistas de Recife.

O grupo de grande destaque em influência política fora da capital federal, sem dúvida é o do Rio Grande do Sul que sob a liderança de Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos e do então ex-ministro Demétrio Ribeiro lideraram um Estado com a constituição identificada com o positivismo. O PRR (Partido Republicano Rio-grandense) composto por um grupo de profissionais liberais que haviam retornado ao Rio Grande do Sul atraía parte dos latifundiários pecuaristas e especialmente os setores médios urbanos promovendo um alargamento social de sua base política.

Os “Positivistas Ortodoxos” apresentavam um projeto para a formação de um “Novo Estado Republicano”, enquanto os demais grupos tinham mais cautela na sua militância. Enquanto os demais grupos baseavam-se no cientificismo, os Ortodoxos com o intuito de tornar o grupo mais homogêneo e disciplinado incluíam práticas religiosas ao pensamento. Segundo Carvalho (1990), os “Positivistas Ortodoxos”

liderados por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, eram considerados fanáticos religiosos pelo excesso de rituais simbólicos que praticavam e principalmente pela grande idolatria a Clotilde de Vaux que para Comte foi a responsável pela sua própria regeneração moral, como também, pela regeneração moral da doutrina. Ambos foram expulsos da Escola Politécnica por se posicionarem de forma crítica a Reforma do Visconde de Rio Branco, que era quem comandava a instituição desde o final de seu gabinete (Alonso, 2002).

No Brasil essa doutrina foi disseminada rapidamente em instituições de ensino como a Escola Militar e a Escola Politécnica na então Capital Federal: O Rio de Janeiro. Intelectuais e personagens com forte participação no meio político e militar contribuíram para a divulgação desse pensamento, que ganhou terreno, em um país, que não tinha um pensamento social consolidado. Em 1881, houve a criação do chamado “Templo da Humanidade” (Igreja Positivista do Brasil) liderado por dois “Positivistas Ortodoxos”: Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes. A igreja fica localizada até os dias atuais no bairro da Glória.

Miguel Lemos tinha como uma das suas preocupações, a aceitação de cargos públicos entre os positivistas o que poderia gerar falha na incorporação do proletariado à sociedade, que é um objetivo supremo da doutrina. A causa do proletariado nacional, era a causa de todo o proletariado ocidental. Elevar o caráter brasileiro consistia para Lemos em elevar o caráter do proletariado.

Os membros da ortodoxia positivista foram responsáveis por uma forte militância a favor da instalação de um regime ditatorial que eles consideravam o ideal: a “Ditadura Republicana”. A divisa “Ordem e Progresso” presente na Bandeira Nacional é fruto do positivismo comtiano e foi idealizada a partir do lema Amor por princípio a Ordem por base; e o Progresso por fim. A bandeira inclusive foi toda idealizada por Raimundo Teixeira Mendes, e desenhada por Décio Villares que foi um pintor, escultor e desenhista carioca que tornou-se positivista em sua viagem à França.

Alonso (2002) ressaltou que Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos ao lado José Veríssimo e Machado de Assis associaram a constituição do “movimento intelectual” surgido no Brasil nos anos de 1870 à divulgação de novas escolas européias de pensamento. No entanto, Alonso também ressalta que o “positivismo” assim como o “darwinismo”, o “spencerianismo”, “liberalismo” sofreram apropriações e tiveram seus

usos políticos redefinidos. No papel de militantes o grupo dos positivistas ortodoxos é denominado por Carvalho (1990) como representante de uma espécie de “bolchevismo de classe média”

O intercâmbio entre estudantes da Escola Politécnica da França e do Brasil foi o primeiro contato dos intelectuais brasileiros com o pensamento de Comte. No que se diz respeito ao processo dinâmico de disputas o positivismo como aponta Carvalho (1990) estava em competição com outras duas correntes o “jacobinismo à francesa”, e o “liberalismo à americana”, pelo “status” de ideologia oficial do movimento republicano do Brasil no final do século XIX. É pertinente ressaltar que essas três correntes não foram importadas de formas fidedignas e que também o liberalismo e o jacobinismo estão entre as doutrinas apropriadas por diferentes grupos membros da geração de 1870.

Carvalho ressaltava que as três correntes se espelham em uma dicotomia de importação de idéias tanto da França quanto dos E.U. A, estendendo a esse país o papel de modelo ideológico, os “positivistas ortodoxos” do grupo de Laffite não aceitavam o parlamentarismo adotado pela constituição francesa de 1875 e se impacientavam com a demora no rompimento das relações entre a Igreja e o Estado e com timidez das políticas educacionais. O grupo de Littré aceitava o parlamentarismo e admitia compromissos em torno de questões importantes como à relação entre o Estado e a Igreja em nome do oportunismo de aguardar o momento sociológico adequado para intervir. No entanto, essa divisão em dois grupos traz uma noção limitada da fragmentação que o positivismo teve através das “apropriações” do pensamento em diferentes lugares.

A “ditadura republicana” na visão de Comte deveria ser conduzida por um bom ditador e conservador que soubesse “conduzir as massas” para a transição da humanidade para a sociedade positiva. Carvalho compara o conceito de ditadura republicana de Comte como algo parecido ao conceito de “modernização conservadora” de Barrington Moore. A ditadura, porém não se estenderia a esfera “espiritual” da sociedade. Pois como ressaltava Moises (2003), o Estado não deveria ter ingerência direta nas áreas educacionais, culturais, religiosas e profissionais que em geral desenvolveriam com toda a liberdade a partir das famílias e dos grupos emersos das interações sociais.

O que se vê nítido em todas as obras de Comte é sua fé inabalável no progresso, justificada na conexão de seu pensamento com uma realidade de predomínio do

evolucionismo no século em que viveu. No entanto, o mentor da doutrina positivista identificou segunda a própria concepção, uma grande lei fundamental para entender a evolução da inteligência humana: A lei dos três estados. Segundo Comte o homem ao longo de sua existência estava fardado a viver primeiramente o estado teológico, seguido do estado metafísico para atingir o estado positivo.

Bobbio (1997) ao citar Kausty, lembra que este autor relata que os intelectuais devem ser considerados os melhores aliados dos operários e dos camponeses enquanto possuidores dos instrumentos de análise e de crítica da sociedade. A visão preconceituosa de Kausty apontava que a consciência socialista é um elemento importado pela luta de classe proletariado e não algo que surja espontaneamente desta.

Os positivistas incluíam o movimento operário por intermédio da máxima de Comte que defendia “a incorporação do proletariado na sociedade moderna”. A proposta dos positivistas se assemelha ao pensamento de Kausty no sentido do grupo propor a incorporação do proletariado dentro da lógica de um pensamento importado. No entanto, como para os “ortodoxos” a não aceitação de cargos públicos era um dever supremo que deveria ser seguido fielmente. Eles propuseram a apresentação de candidatos operários para cargos eletivos como, por exemplo, o líder operário da corrente positivista o torneiro mecânico Juvêncio Sadock Sá. (1856- 1921).

Para Benda (1927), combater o Estado com o trunfo da verdade e da justiça contra a verdade do Estado pode ser considerado um posicionamento socialista do intelectual. No caso dos positivistas, isso se torna bem claro, pois, mesmo moldado por um conservadorismo, o altruísmo (expressão inclusive criada por Comte.) que era fundamento indispensável para o grupo norteava um posicionamento socialista dentre os seguidores de Comte.

Não reduzindo o aspecto doutrinário somente aos positivistas no que se diz respeito à ação política, Alonso (2002) atentou para o fato que dentro da produção dos intelectuais da geração de 1870 que tanto os autores de “obras filosóficas” desenvolveram atividade política contínua quanto os “políticos” escreveram interpretações com base em recursos doutrinários. Essa idéia dificulta um recorte estrito do universo das idéias num momento em que faltam instituições de um campo intelectual plenamente constituído na geração de 1870.

O repertório no qual um universo de idéias estava inserido e apropriadas denota as redefinições de categorias como “darwinismo”, “positivismo”, “spencerinismo” e “liberalismo”. Essas categorias geram mais relevância para se entender a distinção entre os “positivistas ortodoxos” pertencentes ao apostolado e liderados por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes e os demais. Porém, não se pode esquecer que as dinâmicas do processo político dos diferentes grupos de positivistas podem estar em consonância na militância por uma determinada causa comum.

No ofício que Miguel Lemos escreveu ao ministro do interior em 22 de janeiro de 1890, pedindo exoneração do cargo de secretário de Biblioteca Nacional, ficou evidente a sua postura em relação à missão de abandonar o cargo em prol da sua fidelidade aos princípios de Comte:

Venho pedir exoneração do cargo de secretário da Biblioteca Nacional, que exerço há cinco anos, e para qual fui nomeado mediante concurso, tendo sido classificado em primeiro lugar. Devo ao governo da República os motivos de semelhante resolução, a transformação política inaugurada a 15 de novembro determinou para o positivismo uma fase de atividade e de influência que a incompatibilizam o seu chefe com toda subordinação pessoal ao poder civil. (LE MOS, 1890)

Esse trecho do ofício deixa bem claro que a utopia de que a humanidade estava caminhando para uma fase positiva, de acordo com a “codificação comtiana” dominava a mente do líder do apostolado, e a proclamação da república seria para ele o grande indício disso.

Além de pedir exoneração do cargo seguindo os ensinamentos positivistas, Lemos publica o folheto “*Ao povo e ao governo da república*” de 21 de novembro de 1889, com indicações urgentes para essa fase de transição. Este folheto traz uma série de normas a serem seguidas e que para Lemos estão compatíveis ao momento em que pátria brasileira vive dentro dos ensinamentos de Comte.

Para os positivistas o governo republicano era o mais esclarecido de todos por superar a fase metafísico-religiosa do direito divino dos reis transitando para um momento inteiramente cientificista. No entanto, a discussão em torno da constituição de 1891 de cunho liberal redigida por Rui Barbosa, trouxe à tona as fraturas do posicionamento do positivismo no Brasil ressaltado por Alonso. Demétrio Ribeiro então ministro de agricultura se opôs ao projeto de constituição e acabou contido por Benjamin Constant e Campos Salles.

A implantação da ordem republicana no Brasil deu-se como aponta Renato Lemos (1985) no contexto de uma crise de hegemonia que marcou as duas últimas décadas do século XIX. Os três núcleos significativos da tradição imperial ressaltados por Alonso (2000): o indianismo romântico, o liberalismo estamental e o catolicismo hierárquico passam a estar no centro da contestação dos novos agentes políticos.

Era inevitável relacionar o positivismo a teoria evolucionária da história citada por Alonso como prática da “Política científica” da geração de intelectuais dos anos 1870, o caráter evolucionário de ambos e de uma certeza de desenvolvimento econômico e complexificação social pautados numa racionalização do Estado pré-concebida, era uma esperança para os republicanos, já que nos fins do império o ideal do movimento republicano ainda não havia fincado raízes nos setores populares. Em 12 de setembro de 1888, no folheto intitulado “*A propósito da liberdade dos cultos*”, Miguel Lemos defende em ofício ao imperador D Pedro II, uma república pautada nos princípios da “Política científica”.

“Haveríamos de instituir a forma republicana de acordo com as prescrições da moral e da política científicas. Si o imperante preferir, porém ser surdo aos reclamos da opinião, sobre sua memória pesará, em grande parte, a responsabilidade pelo que acontecer em uma transformação que pôde e não quis dirigir” (LEMOS 1888).

O ofício acima também expõe que a transição para uma “Ditadura Republicana” defendida pela “ortodoxia positivista”, seria aceita se realizada pelo próprio imperador, já que pelo homem culto e com prestígio que representava D Pedro II naquele momento, este seria um bom líder conservador no papel de “conduzir massas” para a transição esperada pelo grupo.

É justo ressaltar a adesão ao Governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca pelos positivistas que também de certa forma tinha atributos para se tornar o grande líder conservador da ordem e do progresso para a transição para o estado positivo através da idealizada ditadura. Em mais um ofício de 1889 denominado “*mensagem ao General Deodoro*”, isso fica bem claro:

“Em nome do grêmio positivista desta capital, cabe-me a honrosa incumbência de depor em vossas mãos para que a façais chegar ao chefe do poder executivo, nossa franca, leal e sistemática adesão ao movimento iniciado pelo Governo Provisório”. (LEMOS, 1889).

No conteúdo da constituição de 1891 são visíveis transformações recorrentes do debate intelectual da geração de 1870, na qual estavam incluídas as frações positivistas. É reducionista denominar a primeira constituição republicana ou como liberal no sentido estrito por ser redigida por Rui Barbosa ou maior influenciada pelo positivismo. Ambos os pensamentos influenciaram assim como diversos outros aspectos contidos no processo de transformação da sociedade brasileira.

O artigo oito das disposições transitórias da constituição de 1891 ressaltava que o Governo Federal adquiriu para a nação a casa em que faleceu o Doutor Benjamin Constant e que nela colocaria uma lápide em homenagem à memória do grande patriota mencionado como o fundador da República, o que denota que esse positivista militar era um ideólogo respeitado no meio intelectual. Dentre os membros do apostolado positivista as reivindicações de Teixeira Mendes que propôs que fizesse parte da legislação o direito a férias remuneradas, pensão, salário-mínimo e greve, mostra uma ligação do movimento ao operariado. Moisés (2003) relembra que em diversas oportunidades o apostolado solidarizou-se com grevistas operários e ferroviários e interveio junto a autoridades policiais para que liberassem operários detidos por incentivarem as greves.

O apostolado através de sua larga produção e militância recebeu muita crítica de membros opositores da geração de intelectuais de 1870, Silvio Romero (que rompeu com o positivismo) os acusavam de apropriar-se através de discursos e dos folhetos produzidos por eles de conquistas como a separação entre Estado e Igreja na primeira constituição republicana, que para Romero era uma consequência do liberalismo universal.

Fieis aos seus princípios de forma rígida, um movimento pertencente à classe média ao mesmo tempo elitista em suas exigências intelectuais, e inclusive através de imposições autoritárias. O grupo dos positivistas ortodoxos sem dúvida marcou presença como um grupo de intelectuais militantes, até os dias atuais encontra-se no centro do Rio de Janeiro e no Rio grande do Sul monumentos com dizeres positivistas e o “Ordem e Progresso” com a bandeira toda idealizada por um dos líderes do apostolado é o sinal de que essa militância alcançou consideráveis conquistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias:

LEMOS, M. *Ao povo à ao governo da República*. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil. 1889. Fonte primária.

LEMOS, M; MENDES R. T. *A mistificação democrática e a regeneração social*. Rio de Janeiro: Igreja positivista do Brasil. 1906. n. 236. Fonte primária.

\_\_\_\_\_. *A propósito da liberdade dos cultos*. Rio de Janeiro: Igreja positivista do Brasil. 1888. Fonte primária.

### Livros:

ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração. 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002. 392 p

BATALHA, C. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, 78p.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997, 192p.

BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia Comteana : gênese e devir*. São Paulo : Discurso, 1999.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, 2ª ed.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.

\_\_\_\_\_. Artigo os positivistas. *Revista da Biblioteca Nacional*, n. 1, p.68-72, 2005.

COMTE, A. *Discurso sobre espírito positivo*. In: COMTE, A. *Os pensadores*. São Paulo: Abril cultural, 1978, p.42-115. Tradução de texto produzido em 1844

CRUZ, C. *O positivismo na república*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, 203p.

DIACON, T. A. *Perfis brasileiros Rondon*. São Paulo: Companhia das letras, 2004, 219p.

FRAGALE, F. R. *A Aventura Política Positivista: um projeto republicano de tutela*. São Paulo: Editora LTr, 1998. 143 p.

LINS, I. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1964.

MOISÉS, L. P. *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2003.

ROMERO, S. *Introdução à doutrina contra doutrina*. São Paulo: Editora companhia das letras,

NETTO, J. N. *O Marechal de ferro: Floriano o Marechal implacável*. São Paulo: Editora Novo Século. 2008.

**Dissertações:**

LEMOS, R. *A implantação da ordem republicana no estado do Rio de Janeiro (1889-1892)*. Rio de Janeiro. 1985.